

**LAUDO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL APURADO POR
MEIO DOS LIVROS CONTÁBEIS DO ATACADÃO S.A. PARA FINS DA OPERAÇÃO
DE INCORPORAÇÃO DE SUAS AÇÕES PELA BRACHIOSAURUS 422
PARTICIPAÇÕES S.A.**

Atenção: Administradores e Acionistas

Brachiosaurus 422 Participações S.A.
Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 1248, sala 204, setor 11, Vila Leopoldina
São Paulo – SP
CNPJ|MF: 56.707.047/0001-44
NIRE: 35300644450

Prezados Senhores,

A Apriori Consultoria Contábil e Tributária Ltda., sociedade estabelecida na Capital do Estado de São Paulo, com sede na Rua Líbero Badaró, nº 158, 22º andar, Centro Histórico de São Paulo, inscrita no CNPJ|MF sob o nº 36.448.792/0001-09, e registrada no Conselho Regional de Contabilidade da Seccional do Estado de São Paulo – CRC – SP sob o nº 2SP041713/O-7, representada pelo seu sócio infra-assinado, Luiz Antonio Maciel, Contador, portador do RG nº M-3.189.887 SSP|MG, inscrito no CPF|MF sob o nº 680.754.726-91 e no Conselho Regional de Contabilidade sob o nº 1SP206087/O-9, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela administração da Brachiosaurus 422 Participações S.A. (doravante denominada simplesmente “MergerSub” ou “Incorporadora”), com o objetivo de proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil do Atacadão S.A (doravante denominado simplesmente “Companhia” ou “Incorporada”), em 31 de dezembro de 2024, o qual será utilizado para fins da operação de incorporação de ações pela MergerSub, de acordo, em todos os aspectos relevantes, com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos (“Laudo de Avaliação”).

O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 (“Laudo de Avaliação”) tem por objetivo suportar a incorporação de ações da Companhia pela MergerSub (conforme definidas abaixo). O referido Laudo de Avaliação é parte integrante de todos os atos societários que suportarão a operação de incorporação de ações e será, juntamente com o Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações, com as deliberações e aprovações em atas de Assembleia Geral Extraordinária – AGE dos acionistas da Incorporadora e da Incorporada e de todos os documentos inerentes à referida operação de incorporação de ações, objeto de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e demais registros públicos competentes.

Para fins deste Laudo de Avaliação, identificam-se as entidades legais objeto deste trabalho como:

Entidade legal Incorporada –

Atacadão S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Morvan Dias de Figueiredo, nº 6.169, Vila Maria, CEP 02170-901, inscrita no CNPJ|MF

sob o nº 75.315.333/0001-09, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE nº 35300043154.

Entidade legal Incorporadora –

Brachiosaurus 422 Participações S.A., sociedade anônima constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 1248, sala 204, setor 11, Vila Leopoldina, CEP 05305-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.707.047/0001-44, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), sob o NIRE nº 35300644450.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo B deste Laudo Avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do Profissional de Contabilidade

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 (e, conseqüente, do valor patrimonial das ações de seu Capital Social), com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 22 de novembro de 2018, que prevê a aplicação de procedimentos de exame nas contas contábeis do balanço patrimonial da Companhia, o qual consta do Anexo A, para fins de emissão deste Laudo de Avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Companhia, de acordo com as normas contábeis brasileiras aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo Profissional de Contabilidade e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para elaboração de nosso Laudo de Avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência em relação aos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do Profissional de Contabilidade, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o Profissional de Contabilidade considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis realizadas pela administração da Companhia. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos trabalhos realizados, concluímos que o valor de R\$ 20.808.116.138,73 (vinte bilhões, oitocentos e oito milhões, cento e dezesseis mil, cento e trinta e oito reais e setenta e três centavos), conforme balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, registrado nos livros contábeis da Companhia e resumido no Anexo A deste Laudo de Avaliação, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Companhia, avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Dessa forma, considerando que o capital social da Companhia é constituído por 2.109.056.711 (dois bilhões, cento e nove milhões, cinquenta e seis mil, setecentas e onze) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, atribui-se às respectivas ações ordinárias o valor patrimonial equivalente a R\$ 9,86 (nove reais e oitenta e seis centavos) por ação.

Outros Assuntos

Adicionalmente, informamos que:

(a) de acordo com as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), não temos conhecimento de conflito de interesse, direto ou indireto, tampouco de qualquer outra circunstância que represente conflito de interesse em relação aos serviços que foram por nós prestados e que estão acima descritos; e

(b) não temos conhecimento de nenhuma ação do controlador ou dos administradores da Companhia com objetivo de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

São Paulo, 3 de abril de 2025

Apriori Consultoria Contábil e Tributária Ltda
CRC 2SP041713/O-7

Luiz Antonio Maciel
Contador CRC 1SP206087/O-9

ANEXO A - Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024

Base do Laudo de Avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Atacadão S.A. para fins da operação de incorporação de suas ações pela Brachiosaurus 422 Participações S.A.

Em Reais

Ativos	Nota	31/12/2024	Passivos	Nota	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.294.688.718,54	Empréstimos e financiamentos	12	11.967.941.669,48
Contas a receber	4	2.800.137.556,93	Fornecedores	13	8.904.414.232,04
Estoques	5	4.483.899.506,58	Obrigações trabalhistas	14	336.816.120,51
Tributos a recuperar	6	289.920.058,84	Obrigações tributárias		170.492.044,80
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		58.085.957,63	Passivo de arrendamento	15	55.579.990,94
Instrumentos financeiros derivativos	7	499.374.769,47	Dividendos e JSCP a pagar		174.348.263,99
Despesas antecipadas		31.310.345,68	Receita diferida	16	33.410.502,24
Outras contas a receber		1.250.030.737,87	Outras contas a pagar		1.745.301.710,69
Total do ativo circulante		17.707.447.651,54	Total do passivo circulante		23.388.304.534,69
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Tributos a recuperar	6	1.710.847.199,54	Empréstimos e financiamentos	12	7.895.411.151,20
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		101.414.711,90	Passivo de arrendamento	15	1.304.054.524,93
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.989.688,96	Receita diferida	16	177.277.150,88
Despesas antecipadas		48.971.877,70	Outras contas a pagar		5.102.889,77
Outras contas a receber		234.916.314,03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	598.429.948,48
Depósitos e bloqueios judiciais	8	93.392.661,71	Instrumentos financeiros derivativos	7	3.024.540,77
Investimentos	9	17.605.309.061,88	Provisão para perda em investimentos	9	879.797.725,43
Imobilizado e ativos de direito de uso	10	12.282.584.090,03	Provisão para contingências	18	223.314.090,41
Intangível	11	5.494.959.438,00			
Total do ativo não circulante		37.575.385.043,75	Total do passivo não circulante		11.086.412.021,87
			Patrimônio líquido		
			Capital social		9.960.233.903,26
			Reservas de capital		2.156.474.251,02
			Reservas de lucros		8.945.861.537,68
			Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários		(281.981.376,16)
			Ajuste de avaliação patrimonial		27.527.822,93
			Total do patrimônio líquido	19	20.808.116.138,73
Total do ativo		55.282.832.695,29	Total do passivo e patrimônio líquido		55.282.832.695,29

Este Anexo e o Anexo B - Resumo das Principais Práticas Contábeis são partes integrantes e inseparáveis do Laudo de Avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis, em 31 de dezembro de 2024, do Atacadão S.A. para fins da operação de incorporação de suas ações pela Brachiosaurus 422 Participações S.A., emitido pela Apriori Consultoria Contábil e Tributária Ltda., datado de 3 de abril de 2025.

Este Anexo é parte integrante e inseparável do Laudo de Avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis, em 31 de dezembro de 2024, do Atacadão S.A para fins da operação de incorporação de suas ações pela Brachiosaurus 422 Participações S.A., emitido pela Apriori Consultoria Contábil e Tributária Ltda., datado de 3 de abril de 2025.

ANEXO B – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Resumimos a seguir as principais práticas contábeis adotadas na preparação do balanço patrimonial utilizado no laudo de avaliação do patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis da Companhia, na data-base de 31 de dezembro de 2024, que foram utilizadas para a avaliação das contas contábeis registradas no balanço patrimonial na referida data-base.

1. Base de preparação

- (a) As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2025. As demonstrações financeiras compreendem a participação da Companhia nos lucros ou prejuízos e nos ativos líquidos das controladas, contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Os conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na perspectiva de que a Companhia manterá suas operações de forma consistente, presumindo que possa cumprir suas obrigações no decorrer das atividades habituais

- (b) Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – O balanço patrimonial da Companhia foi preparado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela International Accounting Standards Board (“IASB”).
- (c) Base de mensuração – O balanço patrimonial da Companhia foi preparado com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando e se aplicável, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.
- (d) Moeda funcional e moeda de apresentação – O balanço patrimonial está apresentado em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em R\$, incluindo os centavos.
- (e) Uso de estimativas e julgamentos – a preparação do balanço patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer o uso de certas estimativas contábeis e também, o exercício de julgamentos, estimativas e premissas por parte dos administradores da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e, por conseguinte, os valores reportados de ativos e passivos. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira consistente e tais revisões são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da

utilização de estimativas, a Administração da Companhia é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado. As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas informações contábeis individuais e consolidadas dizem respeito a:

- as principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- provisão para redução ao valor recuperável do ICMS e Substituição Tributária do ICMS (ICMS ST);
- valor recuperável de ágio, outros ativos intangíveis e imobilizados;
- operações de arrendamento mercantil;
- reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais;
- mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, as principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos; e
- provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Companhia que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos no balanço patrimonial, bem como as informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, estão descritos, quando aplicável, nas notas explicativas deste Anexo.

2. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis, descritas em detalhes, a seguir, foram aplicadas de maneira consistente.

2.1 Instrumentos financeiros –

- (i) Reconhecimento – Os valores dos títulos de dívida emitidos são reconhecidos na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente, quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

- (ii) Classificação e mensuração

Instrumentos Financeiros – Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender determinadas condições e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado).

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes), se atender determinadas condições e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado).

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

- 2.2 Caixa e equivalentes de caixa – Incluem saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis de forma imediata, ou seja, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.
- 2.3 Contas a receber - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para perdas de crédito esperadas, a qual é estimada a partir da ponderação dos riscos de perdas, considerando os diferentes tipos de riscos, de acordo com a operação de cobrança.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos sob os quais a Companhia é responsável. A provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro é reconhecida quando necessário com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível. A Companhia opera programas de cessão de recebíveis. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

- 2.4 Estoques - São mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. A Companhia ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos.
- 2.5 Imobilizado – Em conformidade com o CPC 27 (IAS 16) – Ativo Imobilizado, terrenos, edificações e equipamentos são registrados pelo custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e quaisquer perdas de valores acumulados. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e quaisquer outros custos necessários para preparar esse ativo no local e nas condições exigidas para operar de maneira pretendida pela Administração, bem como os custos de desmobilização onde esses ativos estão localizados. Os pagamentos iniciais de ativo de direito de uso, como os valores pagos a título de fundo de comércio, por exemplo, são considerados como parte do ativo. Os ativos em construção são reconhecidos pelo custo menos as perdas ao valor recuperável identificadas.

O custo de substituição de um item de imobilizado é reconhecido no valor contábil desse item no caso de ser provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente que for substituído por outro é baixado. Os custos de manutenção dos itens de imobilizado são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os ganhos e perdas resultantes da alienação de um item de ativo imobilizado são calculados através da comparação entre os rendimentos recebidos dessa alienação com o valor no imobilizado e são reconhecidos líquidos em outras receitas (despesas) na demonstração do resultado.

Reclassificação para propriedades de investimento - Quando o uso da propriedade muda de “ocupada pelo proprietário” para uma propriedade de investimento, a Companhia mantém este ativo a custo histórico e reclassifica-o como propriedade para investimento.

A depreciação do imobilizado começa quando o ativo está disponível para uso e termina quando o ativo é vendido, demolido ou reclassificado como mantido para venda de acordo com o CPC 31 (IFRS 5) - Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada. Terrenos não são depreciados. Outros imobilizados, ou cada parte significativa de um item do imobilizado, são depreciados pelo método linear durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe de ativos	Vida útil
Edificações	48 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 24 anos
Equipamentos e instalações	4 a 24 anos
Outros	4 a 14 anos

- 2.6 Intangível - O ágio é inicialmente reconhecido nas combinações de negócios, conforme explicado na Nota 11. O ágio registrado nas demonstrações financeiras da Companhia baseia-se na diferença entre o valor pago e o valor contábil líquido do negócio adquirido na data de aquisição. Para o valor registrado antes da adoção do CPC 15 (R1) (IFRS 3) – Combinação de Negócios, na data de transição para as IFRSs, da Companhia optou por manter o tratamento contábil das combinações de negócios aplicadas segundo as normas contábeis anteriores, de acordo com a opção disponível para os adotantes pela primeira vez de acordo com o CPC 37 (IFRS 1) – *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*. (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade). De acordo com o CPC 01(R1) (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ágio reconhecido em combinações de negócios não é amortizado, mas é testado para redução ao valor recuperável anualmente ou mais frequentemente se houver indicação de que o seu valor contábil não pode ser recuperado pelo método descrito na Nota 11.

Os ativos intangíveis consistem principalmente em software e outros ativos intangíveis relacionados às lojas. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente reconhecidos ao custo, os ativos intangíveis e ágio adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo (Nota 11). Os softwares e outros ativos intangíveis são amortizados pelo método linear nos seguintes períodos:

Classe de ativos	Vida útil
Software e outros ativos intangíveis	5 anos
Fundo de comércio	10 a 25 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos em cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A amortização de fundo de comércio é efetuada de acordo com o período contratual do aluguel. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- 2.7 Outros ativos e passivos - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, serão demonstrados como não circulantes.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos	325.503.067,34
Aplicações financeiras	7.969.185.651,20
	<u>8.294.688.718,54</u>

Os saldos mantidos em Bancos conta movimento e em aplicações financeiras estão devidamente reconciliados com os respectivos extratos bancários. As aplicações financeiras referem-se aos certificados de depósito bancário (CDB) e operações compromissadas remuneradas à taxa média ponderada de 99% da taxa de certificados de depósito interbancários (CDI).

Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou usar os ativos supramencionados.

4. Contas a receber

Vendas em atacado	1.101.422.628,92
Vendas em atacado - partes relacionadas	1.119.424.022,43
A receber de cartão de crédito	75.239.291,12
A receber de cartão de crédito - partes relacionadas	20.164.197,00
Cartão alimentação	41.035.542,24
Vendas comerciais a receber	318.172.016,92
Vendas comerciais a receber - partes relacionadas	166.491.943,82
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(41.812.085,52)
	<u>2.800.137.556,93</u>

Os saldos de correspondem, em sua maior parte, às contas a receber de atividades de atacado de autosserviços e atacado de entrega, recebíveis de cartões de crédito e recebíveis de aluguel de shopping centers.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos sob os quais a Companhia é responsável. A provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro é reconhecida, quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível, sendo considerada pela administração da Companhia como suficiente para refletir as perdas estimadas nesta data-base.

5. Estoques

Produtos alimentares	4.178.206.496,47
Produtos não alimentares	320.740.238,19
Provisão para perda de estoque	(15.047.228,08)
	<u>4.483.899.506,58</u>

Estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos e leva em consideração os descontos e os rendimentos comerciais negociados com os fornecedores.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com baixo giro de estoque e nas perdas médias de estoque nos últimos 12 (doze) meses.

6. Tributos a recuperar

ICMS		290.400.079,84
ICMS substituição tributária (a)	(a)	1.197.032.131,18
ICMS a recuperar ativo imobilizado		86.105.351,45
PIS e COFINS (b)		586.773.127,36
Outros impostos a recuperar	(b)	601.648,87
Provisão para perda de ICMS e ICMS ST		(160.145.080,32)
		<u>2.000.767.258,38</u>
Circulante		289.920.058,84
Não circulante		1.710.847.199,54

- (a) Refere-se ao ICMS substituição tributária, amparados em decisão do Supremo Tribunal Federal (RE 593.849/2016), que vem sendo realizados através de pedidos de compensação, baseado em regimes especiais e também, em cumprimento de outros procedimentos requeridos pelos Estados.

Com relação aos créditos que não podem ser compensados imediatamente, a Administração da Companhia entende que a realização ocorrerá no curto e longo prazo, baseado em estudo de recuperação preparado para cada Estado que inclui, entre outros itens, o histórico de realização, as mudanças na cadeia de suprimentos, pedidos adicionais de regime de substituição, previsões de crescimento futuro, de saldos consumidos por dívidas oriundos das operações e transferência de créditos para terceiros. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

- (b) Refere-se ao PIS e COFINS incluídos na base de cálculo do ICMS, também amparado em decisão do Supremo Tribunal Federal (RE 574.706/2017), referidas as ações judiciais permitiram o reconhecimento dos créditos, no mínimo, dos últimos 5 (cinco) anos.

A Companhia mensurou de forma confiável e reconheceu o direito sobre tais créditos com base no montante efetivamente destacado nas notas fiscais de venda, aplicando o índice de correção monetária determinado nas sentenças decisórias de seus processos.

7. Instrumentos financeiros derivativos

Ganho com swap	502.364.458,43
	<u>502.364.458,43</u>
Circulante	499.374.769,47
Não circulante	2.989.688,96

A Companhia realizou captações de empréstimos em moeda estrangeira e utiliza instrumentos financeiros derivativos, designados como hedge accounting, sendo consistente com a política contábil descrita a seguir:

No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

8. Depósitos e bloqueios judiciais

Tributários	91.797.670,26
Trabalhistas	1.367.921,31
Cíveis	<u>227.070,14</u>
	<u>93.392.661,71</u>

Os depósitos e bloqueios judiciais da Companhia são registrados pelo montante pago quando o depósito ou garantia é exigida, e posteriormente, ajustado para refletir a atualização monetária. São apresentados como ativos não circulantes, uma vez que se espera que sejam utilizados a partir de 12 (doze) meses da data do balanço. A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e cíveis e tem efetuado depósitos judiciais restritos nos montantes correspondentes. Em determinados casos, os valores depositados judicialmente correspondem aos saldos da provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis.

9. Investimentos

Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	8.182.593.142,96
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	6.075.832.579,37
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	1.263.709.181,02
Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.	(684.012.899,92)
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	(169.987.100,08)
Barbarossa Empreendimentos e Particip.S.A.	111.638.066,66
Bulge Empreendimentos e Participações S.A.	401.226.097,40
Gibraltar Empreendimentos e Particip. S.A.	151.027.859,99
Kharkov Empreendimentos e Particip. S.A.	87.014.747,07
Kursk Empreendimentos e Participações S.A.	161.254.685,09
Midway Empreendimentos e Particip. S.A.	130.685.306,28
Overlord Empreendimentos e Particip. S.A.	82.332.661,36
Pacífico Empreendimentos e Particip. S.A.	59.392.227,95
Torch Empreendimentos e Participações S.A.	112.125.021,78
Stalingrado Empreendimentos e Particip.S.A.	320.432.752,91
Valquíria Empreendimentos e Particip. S.A.	270.347.821,24
Pandora Participações Ltda.	260.642.059,86
SPE Desenv Imobiliário Sudeste Ltda.	114.052.473,00
SPE Desenv Imobiliário Centro-oeste Ltda.	13.088.694,29
SPE Desenv Imobiliário Norte Ltda.	10.328.548,49
CCI Desenvolvimento Imobiliário Osasco Ltda	1,00
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	(25.797.725,43)
(-) Eliminação Clockwork	(202.414.864,84)
	<u>16.725.511.337,45</u>
Ativo	17.605.309.061,88
Passivo (Provisão para perda com investimentos em controladas)	(a) 879.797.725,43

- (a) Refere-se ao valor provisionado como resultado do cálculo da equivalência patrimonial em virtude de certas controladas estarem com o patrimônio líquido negativo. A Companhia reconhece os resultados em Investimentos até o montante do valor investido e, quando existe valor negativo excedente, é registrada a provisão para perda, que será revertida quando da apuração de lucros nas controladas.

Refere-se a participação da Companhia em empresas controladas, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, ajustado em conformidade com as políticas contábeis da Companhia, a partir da data de aquisição da influência significativa ou do controle conjunto até a data em que este é perdido.

10. Imobilizado e Ativos de direito de uso

Edificações e benfeitorias	8.291.916.310,69
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.701.877.127,38
Imobilizado em andamento	64.794.370,95
Terrenos	2.932.517.004,01
Direito de uso de arrendamento	1.608.636.835,95
(-) Depreciação acumulada	(3.317.157.558,95)
	<u>12.282.584.090,03</u>

O imobilizado compreende principalmente, edifícios, lojas, equipamentos e acessórios e terrenos. Os itens do ativo imobilizado estão reconhecidos pelo custo histórico de aquisição. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e quaisquer outros custos necessários para preparar esse ativo no local e nas condições exigidas para operar de maneira pretendida pela Administração, bem como os custos de desmobilização, onde esses ativos estão localizados. O software adquirido (integrante da função do equipamento) é capitalizado como parte desse equipamento. Os pagamentos iniciais de ativo de direito de uso, como os valores pagos a título de fundo de comércio, por exemplo, são considerados como parte do ativo. Os ativos em construção são reconhecidos pelo custo menos as perdas ao valor recuperável identificadas.

A depreciação do imobilizado começa quando o ativo está disponível para uso e termina quando o ativo é vendido, demolido ou reclassificado como mantido para venda de acordo com o CPC 31 (IFRS 5) - Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada. A depreciação de benfeitorias de arrendamento em imóveis de terceiros é calculada e registrada sobre o período total do contrato. Os períodos de depreciação são revistos em cada período e, quando apropriado, ajustados prospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis. Mudanças de Estimativa e Correção de Erro.

11. Intangível

Ágio	5.733.534.455,37
Software	140.074.153,42
Fundo de comércio e outros ativos	21.039.594,57
Amortização acumulada	<u>(399.688.765,36)</u>
	<u>5.494.959.438,00</u>

O ágio registrado com base na diferença entre o valor pago e o valor contábil líquido do negócio adquirido na data de aquisição, não sendo amortizado, mas testado para redução ao valor recuperável anualmente ou mais frequentemente, se houver indicação de que o seu valor contábil não pode ser recuperado.

Os outros ativos intangíveis consistem, principalmente, em software e outros itens relacionados às lojas.

12. Empréstimos e financiamentos

Carrefour Finance	8.643.364.389,48
Debêntures	6.630.000.000,00
Empréstimos bancários	4.043.855.694,13
Variação cambial derivativos e swap	<u>546.132.737,07</u>
	<u>19.863.352.820,68</u>
Circulante	11.967.941.669,48
Não circulante	7.895.411.151,20

Os "Empréstimos de Longo Prazo" e os "Empréstimos de Curto Prazo" incluem obrigações e títulos emitidos pela Companhia, incluindo debêntures, empréstimos bancários descobertos e passivos financeiros relacionados com outros créditos, para os quais o risco de crédito é mantido pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, nenhum dos empréstimos estava sujeito a

quaisquer cláusulas de *covenants* financeiros e todas as obrigações contratuais estavam cumpridas pela Companhia.

13. Fornecedores

Mercadorias e convênios	8.711.554.143,83
Imobilizado	89.900.536,14
Diversos	102.959.552,07
	<u>8.904.414.232,04</u>

Fornecedores correspondem, principalmente, a contas a pagar. Por outro lado, incluem, também, contas a pagar nas situações em que os fornecedores têm transferidos para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios. São classificados na categoria “outros passivos financeiros” e mensurados a custo amortizado, conforme definido no CPC 38 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Os valores relativos a Fornecedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

14. Obrigações trabalhistas

Salários a pagar e encargos	110.093.066,37
Provisão para férias e encargos	118.659.117,84
Provisão de bônus	94.747.760,39
Outras obrigações a pagar	13.316.175,91
	<u>336.816.120,51</u>

Correspondem aos saldos de salários e de encargos sociais decorrentes da folha de pagamento dos empregados da Companhia, relativamente ao mês de competência de dezembro de 2024, a serem liquidados no mês subsequente. As provisões de férias contemplam o período aquisitivo de férias pendente, relativamente a cada empregado, de forma individualizada; o abono pecuniário de 1/3 de férias; assim como os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS).

15. Passivo de arrendamento

Arrendamentos a pagar IFRS 16	1.352.833.817,78
Juros sobre arrendamentos a pagar IFRS 16	6.800.698,09
	<u>1.359.634.515,87</u>
Circulante	55.579.990,94
Não circulante	1.304.054.524,93

Referem-se aos saldos dos contratos de arrendamento mantidos pela Companhia. O passivo de arrendamento é, inicialmente, mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental da Companhia, a não ser que a taxa de desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente. O passivo de arrendamento é, subsequentemente, acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas. O passivo de arrendamento também, pode ser modificado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na

expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato. A Companhia aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando-se em consideração o período de tempo para o qual a Companhia possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos, o que podem impactar, significativamente, o valor dos ativos e passivos de arrendamento. A Companhia não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento é reconhecida, de forma linear, ao longo do período do contrato.

16. Receita diferida

Transação "Cartão Atacadão"	196.477.027,00
Outras receitas diferidas	15.210.626,12
	<u>211.687.653,12</u>
Circulante	33.410.502,24
Não circulante	177.277.150,88

Em junho de 2016, a Companhia celebrou com sua controlada indireta, o Banco CSF S.A., acordo operacional pelo prazo de dezesseis anos para a criação de um novo cartão de crédito, o "Cartão Atacadão", possibilitando a oferta, distribuição e comercialização, de produtos e soluções financeiras do Banco Carrefour aos clientes da Companhia. Essa parceria propiciou o ingresso de R\$ 825 milhões no caixa da Companhia em setembro de 2016. Esse montante foi pago pela exclusividade e pelo uso da base de dados de clientes da Companhia, durante o período de vigência do acordo operacional, e pela viabilização da operação e oferta desses serviços nas lojas do Atacadão. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos ocorrerá pela fruição de prazo do respectivo contrato. Por se tratar de uma transação com uma controlada indireta, o valor dessa receita diferida na Companhia foi reconhecido somente no limite da participação do minoritário na BSF Holding S.A, controladora direta do Banco CSF S.A.

17. Imposto de renda e Contribuição social diferidos

Imposto de renda diferido	440.022.020,97
Contribuição social diferida	158.407.927,51
	<u>598.429.948,48</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial consolidado e as respectivas bases fiscais (exceto nos casos específicos mencionados no CPC 32 (IAS 12) e sobre os prejuízos fiscais). São mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao período em que o ativo será realizado ou o passivo será liquidado, com base nas alíquotas e leis tributárias promulgadas até o final do período de relatório. A Companhia, ao final do exercício de 2024, mantinha um saldo de imposto diferido passivo, decorrente de adições e exclusões temporárias.

18. Provisão para contingências

Tributárias	115.339.224,87
Trabalhistas	63.523.231,68
Cíveis	33.638.153,92
Benefícios pós-emprego	10.813.479,94
	<u>223.314.090,41</u>

Refere ao valor provisionado para fazer frente às obrigações oriundas de causas tributárias, trabalhistas, cíveis e benefícios pós-emprego, nas quais os assessores jurídicos da Companhia classificam como perdas possíveis. A Companhia realiza a revisão periódica, juntamente com seus assessores jurídicos, mantendo os valores das provisões devidamente atualizadas.

19. Patrimônio líquido

Capital social	(a)	9.960.233.903,26
Reservas de capital	(b)	2.156.474.251,02
Reservas de lucros	(c)	8.945.861.537,68
Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários	(d)	(281.981.376,16)
Ajuste de avaliação patrimonial	(e)	27.527.822,93
		<u>20.808.116.138,73</u>

- (a) A Companhia é uma sociedade por ações, com capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do País, no valor de R\$ 9.960.233.903,26 (nove bilhões, novecentos e sessenta milhões, duzentos e trinta e três mil, novecentos e três reais e vinte e seis centavos), dividido em 2.109.056.711 (2 bilhões, cento e nove milhões, cinquenta e seis mil, e setecentas e onze) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, distribuídas, conforme quadro a seguir:

Acionistas	Quantidade	%
Carrefour Nederland B.V.	770.832.974	36,50%
Carrefour S.A.	651.400.000	30,90%
Península IV FIP – Multiestratégia	78.655.950	3,70%
Península II FI em Participações Multiestratégia	51.777.904	2,50%
Península Partners FIA IE	23.725.600	1,10%
Outros	532.664.283	25,30%
Total	<u>2.109.056.711</u>	<u>100,00%</u>

- (b) Refere-se às reservas constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitaram pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço da Companhia em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. São transações com os sócios.
- (c) A reserva de retenção de lucros foi constituída, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e de manutenção de capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão, além de financiar o capital de giro da Companhia, compreendendo, também, os resultados auferidos até a data de 31 de dezembro de 2024.

- (d) Valor decorrente da transação entre acionistas em 2014, ocasionando a incorporação das quotas da Brepa Comércio e Participações Ltda. (“Brepa”), que era a controladora anterior do Grupo Carrefour Brasil, pela Companhia, originado na aquisição de participações minoritárias no Carrefour Comércio e Indústria Ltda. pela Brepa.
- (e) Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:
 - (i) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge;
 - (ii) Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes; e
 - (iii) Variação líquida acumulada de provisão de benefícios pós-emprego aos funcionários da Companhia.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos ou passivos a que elas se referem.

* * *



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: XK7TH-WZDKE-5JF3G-Y628V

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ LUIZ ANTONIO MACIEL (CPF ***.754.726-**) em 04/04/2025 15:42 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.somosb4.com.br/validate/XK7TH-WZDKE-5JF3G-Y628V>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.somosb4.com.br/validate>